



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 145/2023/SUPEL-ASTEC

À
Comissão de Licitações - CPLO

Tomada de Preços n. 016/2023/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0042.003377/2023-29

Interessada: Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP/RO

Objeto: Reforma no Palácio Rio Madeira - PRM, em Porto Velho - RO.

Assunto: Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a *Reforma no Palácio Rio Madeira - PRM, em Porto Velho - RO*, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Aportaram os autos para deliberação e decisão quanto a recurso administrativo interposto pela empresa TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (Id. Sei! 0042532069), com fulcro no art. 109, §4º da Lei n. 8.666, de 93.

Noto que a empresa licitante protesta contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou pelas seguintes razões:

- (i) Não comprovar qualificação econômico-financeira; e
- (ii) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica sem a autenticação exigida.

A recorrente rebate as razões de inabilitação, afirmando em suma que todo o apresentado atende as exigências editalícias.

Em apreço as alegações da licitante verifica-se que, sobre a qualificação econômico-financeira, houve a revisão detalhada pela comissão que concluiu pela validação dos argumentos da recorrente, de forma que esta atende ao disposto no certame neste item.

Contudo, em que pese a apresentação de Atestado de Capacidade técnica, depreende-se dos documentos apresentados que estes não cumpriram a exigência de **autenticação PRÉVIA**, exigida pelo edital, portanto deve ser mantida sua inabilitação.

Apesar da Recorrente afirmar que o Atestado de Capacidade Técnica ora apresentado possui autenticação junto ao cartório competente, tal afirmação não é correta, visto que o documento retro mencionado possui o **reconhecimento de firma** e não a autenticação de que trata o item 15.5 do edital.

Explico!

Enquanto o **reconhecimento de firma** se trata de ato pelo qual o Tabelião declara que a assinatura constante no documento é semelhante a outra presente em uma ficha de assinaturas, previamente depositada no tabelionato pela parte signatária, a **autenticação** consiste em espécie de ato

notarial por meio do qual o Tabelião de Notas certifica a fiel correspondência entre o documento e sua cópia, extraída por sistema reprográfico ou equivalente¹.

Ademais, segundo a Lei nº. 8.935/1994, que versa sobre os Serviços Notariais e de Registro, a autenticação de cópias e reconhecimento de firma não se confundem, veja-se:

Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade:

[...]

IV - reconhecer firmas;

V - autenticar cópias.

Cabendo citar, ainda, o entendimento adotado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia através do Provimento Corregedoria nº. 014/2019, *verbis*:

Seção VII - Das Cópias e das Autenticações

Art. 580. O Tabelião de Notas pode extrair, pelo sistema reprográfico ou equivalente, cópias de documentos públicos ou particulares e autenticá-los.

[...]

Seção VIII - Do Reconhecimento de Firma

Art. 593. O reconhecimento de firma será feito mediante rigoroso confronto com o padrão existente na serventia e é por meio desta atividade que o Tabelião de Notas certifica que a assinatura constante de determinado documento provém de determinada pessoa, identificada como a subscritora, podendo ser por verdadeiro ou autêntico.

[...]

§ 2º O reconhecimento de firma por semelhança é o ato em que o o Tabelião de Notas certifica que a firma reconhecida se assemelha aos padrões de assinatura da pessoa depositada na serventia sob sua responsabilidade, ou seja, quando o Tabelião de Notas ou seu substituto legal confrontar a assinatura com o padrão existente na serventia.

[...]

§ 3º No ato de reconhecimento de firma, serão mencionados a sua modalidade – Verdadeiro/autêntico ou por semelhança – e o nome do signatário, vedada a utilização de expressões como “supra”, “retro”, “infra” ou equivalentes.

Portanto, ao compulsar os autos administrativos é possível constatar que o documento apresentado pela empresa licitante (Id. Sei! 0042298535) às fls. 74, possui o **reconhecimento de firma por semelhança** da assinatura dos senhores Edward Luis Fabris e Pedro Cabeça Sobrinho, ou seja, não guarda relação com a autenticação descrita no art. 7º, inciso V da Lei nº. 8.935/1994, bem como artigo 580 do Provimento Corregedoria nº. 014/2019.

Assim, o reconhecimento de firma apresentado pelo Recorrente através do documento (Id. Sei! 0042298535) não atende às especificações requeridas no edital.

Além das alegações supra, a Recorrente sustenta:

[...] o mesmo foi enviado anteriormente junto ao servidor da SUPEL/RO, de forma via e-mail para apreciação, conforme mostraremos em imagem da tela em anexo, cujo entre os documentos, o Atestado de Capacidade Técnica estava incluso. Os mesmos documentos foram analisados e em seguida, confirmado por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedor. Tais informações aqui registradas, não acrescentam nenhum documento a mais, apenas servem de caráter de consulta, os quais podem ser verificados a qualquer momento pela comissão.

Todavia, o argumento apresentado pela Licitante, ora Recorrente, não é suficiente para afastar a sua inabilitação.

O Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEFOR, possui previsão legal através do Decreto Estadual de nº. 16.089/2011. Para o cadastramento junto ao CAGEFOR todo e qualquer fornecedor deverá apresentar a seguinte documentação:

Art. 8º O cadastramento do fornecedor será feito mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - quando pessoa natural:

- a) Registro de Identidade - RG do representante do fornecedor;
 - b) cédula do Cadastro de Pessoa Física - CPF do fornecedor; e
 - c) comprovante de residência;
- II - quando pessoa jurídica:
- a) Contrato ou Estatuto Social e suas alterações posteriores ou documento equivalente;
 - b) Ata de eleição da diretoria, conforme o caso;
 - c) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - d) prova de inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes, do respectivo Estado no qual está instalada a pessoa jurídica;
 - e) prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, do respectivo Estado no qual está instalada a pessoa jurídica;
 - f) prova de regularidade junto ao FGTS;
 - g) prova de regularidade junto ao INSS;
 - h) balanço patrimonial do último exercício ou declaração de imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício, na forma da lei;
 - i) demonstrações de resultado do último exercício, conforme o caso;
 - j) certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial de empresa expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
 - l) declaração de situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República; e
 - m) outros documentos que, no caso específico, sejam necessários para comprovar a regularidade jurídica do fornecedor.
- [...]

§ 2º Quando para a habilitação em licitação for solicitado algum dos documentos descritos nas alíneas "a" a "l" do inciso II deste artigo, estes poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral - Cadastramento.

O §2º do artigo 8º do Decreto Estadual de nº. 16.089/2011 elucida que, quando para a habilitação em licitação for solicitado algum dos documentos descritos nas alíneas "a" a "l" do inciso II do referido artigo, estes poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral - Cadastramento. Assim, considerando que neste rol não há a previsão de Atestado de Capacidade Técnica, presume-se que o prévio cadastramento não substitui a apresentação do aludido documento.

É importante consignar, ainda, que a SUPEL possui campo específico em seu sítio eletrônico: "[Institucional - cadastro de fornecedores - Relação de Documentos](#)", onde consta toda a relação de documentos necessários ao cadastramento de fornecedores, e neste documento não há a previsão expressa de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica como requisito necessário e indispensável para a constituição do cadastro do fornecedor.

Nesse viés, e em homenagem ao entendimento firmado através da Ata de Sessão de Julgamento do Recurso Referente a Tomada de Preços nº. 016/2023/CPLO/SUPEL/RO (Id. Sei! 0043005103), frisa-se que a emissão de Certificado de Registro no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEFOR, não exime o licitante da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica devidamente autenticado junto ao Cartório competente.

Além de todo o exposto, faz-se necessário salientar que, primando pelo dever de diligência previsto no art. 43, §3º, da Lei 8.666/93, fora empreendida nova diligência nos autos, vide certidão 38 (Id. 0043442463), possibilitando à recorrente a apresentação da documentação devidamente autenticada. No entanto, conforme descrito na certidão de diligência, a recorrente se limitou a reenviar a documentação já apresentada nos autos (Id. 0042298535 - fls. 02 à 21), onde consta tão somente o reconhecimento de firma, assim, permanecendo a inadequação da documentação.

Isto posto, em concordância com os motivos expostos na Ata de Julgamento do Recurso Administrativo (Id. Sei! 0043005103), expedido em observância às razões recursais apresentadas (Id. Sei! 0042532069), com espeque na fundamentação supra, não vislumbro qualquer modificação na decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**, contudo, mantendo **INABILITADA** a empresa para o presente certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Comissão para ciência e providências aplicáveis à espécie.

Fabíola Menegasso Dias

Diretora-Executiva

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL

¹(FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. *Coleção Cartórios – Tabelionato de Notas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013)



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 10/11/2023, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043132102** e o código CRC **5EAF241B**.